

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	8
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	9
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	20

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	50
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	53
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	54

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	26.162.998
Preferenciais	0
Total	26.162.998
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	309.484	326.285	455.984
1.01	Ativo Circulante	105.906	82.670	175.295
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.628	1.602	18.549
1.01.03	Contas a Receber	38.025	21.073	64.685
1.01.04	Estoques	34.485	28.174	28.828
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.567	1.346	1.153
1.01.07	Despesas Antecipadas	162	180	199
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	29.039	30.295	61.881
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	29.039	30.295	61.881
1.01.08.01.01	Depositos vinculados - conta reserva	9.210	11.900	19.953
1.01.08.01.02	Adiantamento a fornecedores	19.829	18.395	41.928
1.02	Ativo Não Circulante	203.578	243.615	280.689
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	36.604	36.572	36.534
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	36.272	36.272	36.272
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	36.272	36.272	36.272
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	332	300	262
1.02.03	Imobilizado	166.974	207.043	244.155
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	163.791	202.997	240.446
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	3.183	4.046	3.709

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	309.484	326.285	455.984
2.01	Passivo Circulante	232.615	841.514	843.879
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.167	1.011	1.251
2.01.02	Fornecedores	37.111	18.530	84.326
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.158	4.780	5.944
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.805	4.456	5.475
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	353	324	469
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	190.745	787.172	722.796
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	146.226	133.668	143.456
2.01.04.02	Debêntures	42.926	652.115	578.425
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	1.593	1.389	915
2.01.05	Outras Obrigações	434	30.021	29.562
2.01.05.02	Outros	434	30.021	29.562
2.01.05.02.04	Pesquisa e desenvolvimento	434	30.021	29.562
2.02	Passivo Não Circulante	789.083	85.358	95.180
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	685.876	4.167	3.582
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	685.876	4.167	3.582
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil a pagar	3.187	4.167	3.582
2.02.01.03.02	Debêntures	682.689	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	103.207	81.191	91.598
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	50.207	47.877	45.192
2.02.02.02	Outros	53.000	33.314	46.406
2.02.02.02.03	Fornecedores	19.038	33.314	41.631
2.02.02.02.04	Obrigações Tributárias	0	0	4.775
2.02.02.02.05	Pesquisa e desenvolvimento	33.962	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	-712.214	-600.587	-483.075
2.03.01	Capital Social Realizado	171.047	171.047	171.047
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-883.261	-771.634	-654.122

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	170.884	255.633	241.018
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-113.420	-207.955	-185.071
3.03	Resultado Bruto	57.464	47.678	55.947
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.016	-10.340	25.784
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.219	-11.590	-9.700
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	203	1.250	35.484
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	49.448	37.338	81.731
3.06	Resultado Financeiro	-161.075	-154.850	-157.792
3.06.01	Receitas Financeiras	3.788	4.604	1.068
3.06.02	Despesas Financeiras	-164.863	-159.454	-158.860
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-111.627	-117.512	-76.061
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-111.627	-117.512	-76.061
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-111.627	-117.512	-76.061
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-4,27	-4,49	-2,91

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-111.627	-117.512	-76.061
4.03	Resultado Abrangente do Período	-111.627	-117.512	-76.061

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.696	16.504	-7.726
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	79.749	75.634	106.901
6.01.01.01	Prejuízo antes do IR e da CS	-111.627	-117.512	-76.061
6.01.01.02	Atualização de empréstimos	12.558	22.007	11.563
6.01.01.03	Atualização de debêntures	130.876	125.237	128.855
6.01.01.04	Atualização de arrendamento	838	520	711
6.01.01.07	Provisão para pesquisa & Desenvolvimento	1.718	1.481	3.325
6.01.01.08	Encargos Financeiros sobre P&D	3.722	3.285	2.332
6.01.01.11	Amortização do custo de transação das debêntures	1.539	1.309	1.125
6.01.01.12	Depreciação e amortização	39.262	37.598	34.270
6.01.01.14	Amortização arrendamento	863	1.709	754
6.01.01.15	Baixa ativo imobilizado	0	0	27
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-77.053	-59.130	-114.627
6.01.02.01	Contas a receber	-16.952	43.612	-41.986
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-221	-193	899
6.01.02.03	Estoques	-6.311	654	-11.353
6.01.02.04	Depositos vinculados - conta reserva	2.690	8.053	-5.735
6.01.02.05	Despesas antecipadas	18	19	-63
6.01.02.06	Adiantamento a fornecedores	-1.434	23.533	-33.745
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-32	-38	0
6.01.02.09	Obrigações tributárias	-1.622	-5.939	-1.250
6.01.02.10	Fornecedores	4.305	-74.113	43.214
6.01.02.11	Obrigações sociais e trabalhistas	156	-240	287
6.01.02.12	Pesquisa e desenvolvimento	-1.065	-4.307	-1.918
6.01.02.14	Pagamento de debêntures (juros)	-56.581	-52.856	-66.316
6.01.02.17	Partes relacionadas - serviços compartilhados	2.330	2.685	2.726
6.01.02.18	Partes relacionadas - estoque	0	0	613
6.01.02.19	Custo transação debêntures	-2.334	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-56	-149	3.656
6.02.01	Compra de imobilizado	-83	-266	-260
6.02.03	Recebimento de empréstimo com partes relacionadas	0	0	3.740
6.02.04	Transferência Imobilizado	27	117	176
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.614	-33.302	22.279
6.03.01	Pagamento arrendamento mercantil	-1.614	-1.507	-1.386
6.03.02	Pagamentos de empréstimos e financiamentos (Principal)	0	-31.795	-5.969
6.03.03	Captação de empréstimos	0	0	29.634
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.026	-16.947	18.209
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.602	18.549	340
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.628	1.602	18.549

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.047	0	0	-771.634	0	-600.587
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.047	0	0	-771.634	0	-600.587
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-111.627	0	-111.627
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-111.627	0	-111.627
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	171.047	0	0	-883.261	0	-712.214

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.047	0	0	-654.122	0	-483.075
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.047	0	0	-654.122	0	-483.075
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-117.512	0	-117.512
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-117.512	0	-117.512
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	171.047	0	0	-771.634	0	-600.587

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.047	0	0	-578.061	0	-407.014
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.047	0	0	-578.061	0	-407.014
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-76.061	0	-76.061
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-76.061	0	-76.061
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	171.047	0	0	-654.122	0	-483.075

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	190.960	284.015	305.336
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	190.956	284.011	269.852
7.01.02	Outras Receitas	4	4	35.484
7.01.02.01	Outras Receitas	4	4	35.484
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-50.451	-159.307	-137.936
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-31.693	-140.236	-122.778
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.758	-19.071	-15.158
7.03	Valor Adicionado Bruto	140.509	124.708	167.400
7.04	Retenções	-40.124	-39.307	-35.025
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-40.124	-39.307	-35.025
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	100.385	85.401	132.375
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.788	4.604	1.068
7.06.02	Receitas Financeiras	3.788	4.604	1.068
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	104.173	90.005	133.443
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	104.173	90.005	133.443
7.08.01	Pessoal	10.473	10.374	9.329
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.362	7.662	6.773
7.08.01.02	Benefícios	2.589	2.186	2.158
7.08.01.03	F.G.T.S.	522	526	398
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.260	14.380	22.009
7.08.02.01	Federais	17.260	14.380	22.009
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	188.067	182.763	178.166
7.08.03.01	Juros	164.863	159.454	158.860
7.08.03.02	Aluguéis	23.204	23.309	19.306
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-111.627	-117.512	-76.061
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-111.627	-117.512	-76.061

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

Relatório da Administração 2023

Em cumprimento às disposições estatutárias e legais, submetemos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 da Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Companhia” ou “Pernambuco III”).

O presente Relatório da Administração cumpre a exigência da Lei 6.404/76 e é apresentado de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

O presente Relatório da Administração deve ser lido em conjunto com as Demonstrações Financeiras. As informações estão apresentadas em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando indicado de outra forma. Efeitos de arredondamentos podem causar diferenças nas variações percentuais, quando comparadas às Demonstrações Financeiras, apresentadas em reais mil.

Destaques Resultado

	2023	2022	Δ R\$
Receita operacional líquida	170,9	255,6	-33%
Lucro Bruto	57,5	47,7	21%
Margem bruta	34%	19%	15 p.p.
EBITDA	89,6	76,6	17%
Prejuízo do exercício	(111,6)	(117,5)	-5%
Energia Gerada (MWh)	8.253	26	31642%

Desempenho Operacional

O ano de 2023 foi marcado pelo recorde da geração de energia elétrica no Brasil. Segundo a resenha mensal do Mercado de Energia Elétrica publicada em janeiro de 2024 referente a 2023¹, as ondas de calor extremo registradas em setembro e outubro impulsionaram o consumo residencial e comercial. No período acumulado de 12 meses, o consumo nacional registrou 527.073 GWh, uma alta de 7,5% em comparação ao ano de 2022, consequência principalmente do maior consumo residencial, fruto do uso de aparelhos de ar-condicionado.

¹ [https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-153/topico-697/Resenha%20Mensal%20-%20Janeiro%202024%20\(base%20Dezembro\).pdf](https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-153/topico-697/Resenha%20Mensal%20-%20Janeiro%202024%20(base%20Dezembro).pdf)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em relação ao comportamento de consumo por regiões geográficas, o Norte e Nordeste se destacaram, apresentando um aumento de 7,5% e 6,6%, respectivamente de entrega de energia no país. O maior consumo de energia industrial nessas duas regiões também alavancou o acréscimo de energia gerada, contribuindo com 3,7% na comparação do mesmo período de 2022.

Em relação a tarifa de energia, de acordo com o Boletim Mensal de Energia publicado em janeiro de 2024 pelo Ministério de Minas e Energia², as 3 tarifas residencial, comercial e industrial, continuam apresentando queda em relação ao acumulado do ano anterior. A tarifa residencial teve uma queda de 4,3%, 3,3% para a tarifa comercial e 2,8% para o setor industrial.

Dentro de todo o contexto apresentado acima, a Termelétrica Pernambuco III teve um papel fundamental para manter, juntamente com as demais Usinas Termelétricas brasileiras, a entrega de energia íntegra e estável dentro de todo o Sistema Interligado Nacional (SIN), garantindo assim a segurança e confiabilidade do sistema. A Pernambuco III fez frente a geração de energia ao Sistema Integrado Nacional ("SIN") no total de 8.253 MWh³ (26 MWh³ em 2022).

Em relação a manutenção e conservação do seu maquinário ("overhaul") e visando a constante manutenção e preservação de seus ativos, a gestão da Companhia investiu R\$ 2 milhões em *overhaul* no ano de 2023. Em relação à disponibilidade de motores, a Pernambuco III encerrou o exercício de 2023 com todos os motores aptos e disponíveis a operar.

Saúde, Segurança e Meio Ambiente

A Companhia entende que todos os acidentes podem e devem ser evitados, e que a excelência na busca de ambientes mais seguros e colaboradores conscientes de suas responsabilidades sociais e ambientais, são metas permanentes da Administração.

Em 2023 a Pernambuco III encerrou o ano com 1.022 dias sem acidentes com afastamento. A Segurança de todos é um valor inegociável para a Companhia, e ao longo dos últimos anos a Administração reforça o seu compromisso com o esforço e engajamento para que os processos de Saúde, Segurança e Meio Ambiente sejam revisados e melhorados continuamente.

Compliance

Em consonância com a Lei 12.846/13, a Administração da Companhia, buscando estruturar-se à prevenção a fraude, governança corporativa e devida adequação aos processos internos, conta com uma estrutura de Compliance, que entre outros objetivos, busca assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação e o fortalecimento do sistema de controles internos, procurando mitigar riscos de acordo com a complexidade de seus negócios e, ainda, disseminar a cultura de controles para o cumprimento das leis, contribuindo, desta forma, para o crescimento da percepção externa de valor de sua Governança Corporativa.

² <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/sntep/publicacoes/boletins-mensais-de-energia/2023-1/portugues/10-boletim-mensal-de-energia-outubro-2023/view>

³ Informação não auditada.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Jurídico / Regulatório

A Companhia possui liminar judicial vigente que suspende a cobrança de penalidades pela ANEEL e CCEE. No entanto, tendo em vista o caráter precário da liminar, tal entidade segue contabilizando as penalidades, as quais, se aplicadas, não há viabilidade de pagamento diante do fluxo de caixa da controlada. No exercício de 2023 a Companhia atuou de forma tempestiva para manter tal liminar em vigor, porém, diante da precariedade, a classificação de risco de perda é possível.

Desempenho Econômico-Financeiro

	2023	2022	Δ R\$	Δ %
Receita operacional bruta	191,0	284,0	(93,0)	-33%
Descontos s/ vendas	(2,4)	(2,1)	(0,3)	14%
Impostos	(17,7)	(26,3)	8,6	-33%
Receita operacional líquida	170,9	255,6	(84,7)	-33%
(-) Custo operacionais	(113,4)	(208,0)	94,6	-45%
Lucro Bruto	57,5	47,6	9,8	21%
<i>Margem bruta</i>	<i>34%</i>	<i>19%</i>		<i>15 p.p.</i>
Despesas gerais e administrativas	(8,2)	(11,6)	3,4	-29%
Outras (despesas) receitas	0,2	1,3	(1,0)	-84%
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	49,4	37,3	12,2	33%
Despesas financeiras	(164,9)	(159,4)	(5,5)	3%
Receitas financeiras	3,8	4,6	(0,8)	-18%
Resultado financeiro líquido	(161,1)	(154,8)	(6,3)	4%
Prejuízo antes do IR e CS	(111,6)	(117,5)	5,9	-5%
Prejuízo do exercício	(111,6)	(117,5)	5,9	-5%

Receita Operacional Bruta

A Companhia encerrou o ano de 2023 com uma receita operacional bruta de R\$ 191,0 milhões, frente a R\$ 284,0 milhões em 2022, uma variação de R\$ 93,0 milhões ou -33%, decorrente dos seguintes fatores: (i) aumento de R\$ 11,3 milhões na parcela da receita fixa, decorrente do reajuste anual no preço de energia pelo IPCA; (ii) aumento de R\$ 15,5 milhões na receita variável decorrente da ocorrência de despachos ordenados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) em 2023 e (iii) redução de R\$ 119,8 milhões decorrente da não ocorrência da operação de lastro no exercício de 2023.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Receita Operacional Líquida

Em relação à receita operacional líquida, a Companhia encerrou o ano de 2023 em R\$ 170,9 milhões frente a R\$ 255,6 milhões em 2022, uma redução de R\$ 84,7 milhões ou -33% impactado principalmente pela operação de lastro realizada em 2022.

Custos Operacionais

A Companhia encerrou o exercício de 2023 com os custos operacionais no patamar de R\$ (113,4) milhões, uma redução de R\$ (95,0) milhões ou -45% frente ao montante de R\$ (208,0) milhões registrado em 2022. A redução dos custos operacionais de 2023 foi fortemente impactada pela não ocorrência da operação de lastro, resultando em uma variação negativa de R\$ 110,8 milhões, entretanto o acréscimo nos custos de combustíveis e lubrificantes de R\$ 12 milhões, amenizou o total da variação na rubrica.

Despesas Gerais e Administrativas

A rubrica de despesa gerais e administrativas da Companhia registrou uma variação de R\$ 3,4 milhões entre exercícios (R\$ 8,2 milhões em 2023 ante R\$ 11,6 milhões em 2022), (i) fruto da ocorrência do pagamento de indenização de processo cível da Companhia no valor de R\$ 2,2 milhões no exercício de 2022; e (ii) variação de R\$1,1 milhões referente a serviços de honorários de êxito entre exercícios.

Outras Receitas e Despesas

A rubrica de outras receitas e despesas encerrou 2023 com um saldo de R\$ 0,2 milhões frente a R\$ 1,2 milhões em 2022. Essa redução entre exercícios ocorreu em razão da reversão de provisão para contingência por mudança de prognóstico do processo cível no valor de R\$ 1,2 milhões ocorrido apenas em 2022.

EBITDA

Em 2023 a Companhia atingiu EBITDA de R\$ 89,6 milhões frente a R\$ 76,6 milhões em 2022, uma variação nominal de R\$ 12,9 milhões entre exercícios. Este resultado se deu em razão dos seguintes fatores: (i) acréscimo de descontos concedidos referente a quitação de parcelamento com fornecedor Wartsila (R\$2,1 milhões) em setembro de 2023, e pela redução de variações monetárias passivas referente a atualização do terreno da Usina (R\$3,2 milhões) que ocorreu em 2022 e não se repetiu em 2023.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA	2023	2022	Δ R\$	Δ %
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(111,6)	(117,5)	5,9	-5%
(+/-) receitas/despesas financeiras líquidas	161,1	154,9	6,2	4%
(+) depreciação, amortização e exaustão	40,1	39,3	0,8	2%
EBITDA	89,6	76,6	12,9	17%
Margem EBITDA	52%	30%		22 p.p.
<i>Efeitos não Recorrentes</i>				
(-) Contingências	-	(1,2)	1,2	-100%
EBITDA Gerencial	89,6	75,4	14,2	19%
Margem EBITDA Gerencial	52%	30%		23 p.p.

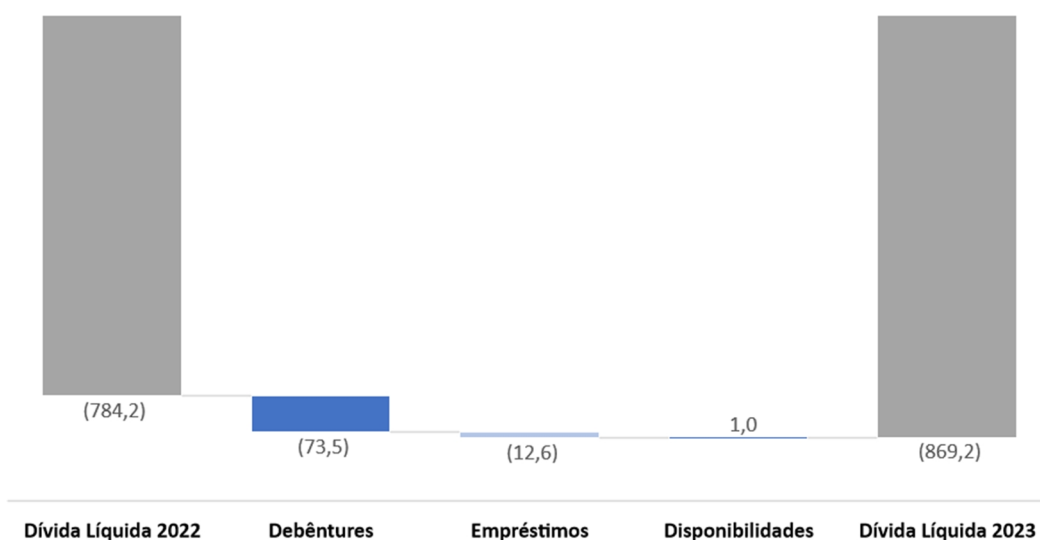
Endividamento

A Companhia encerrou o ano de 2023 com um endividamento bruto consolidado, no valor de R\$ 871,8 milhões, montante 11% maior ao saldo registrado em dezembro de 2022 de R\$ 785,8 milhões.

Em relação à dívida líquida, o saldo de empréstimos e debêntures em 2023 apresentou uma variação nominal de R\$ 86 milhões em relação a 2022. Já em termos de caixa e disponibilidades, a Companhia encerrou 2023 com R\$ 2,6 milhões versus R\$ 1,6 milhões em 2022, uma variação nominal de R\$ 1 milhão. O saldo final apurado da dívida líquida do exercício de 2023 da Companhia atingiu R\$ 869,2 milhões.

A alavancagem da Companhia atingiu 9x, calculado através da razão entre a dívida líquida consolidada pelo EBITDA consolidado dos últimos 12 meses.

Gráfico - Detalhamento cálculo dívida líquida consolidada (Em R\$ Mil)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor das debêntures da Pernambuco III era de R\$ 725,6 milhões (R\$ 652,1 milhões em 31 de dezembro de 2022), sendo contabilizado no passivo circulante R\$ 42,9 milhões e R\$ 682,7 no passivo não circulante.

Pagamentos de Juros Remuneratórios

Nos dias 09 de janeiro, 08 de fevereiro, 08 de março, 10 de abril, 08 de maio, 09 de junho, 10 de julho, 08 de agosto e 08 de setembro, 09 de outubro, 08 de novembro e 08 de dezembro de 2023 a Pernambuco III efetuou os pagamentos referentes aos Juros e Encargos Remuneratórios da emissão, conforme deliberação em AGD realizada em 09 de agosto de 2018, e Fato Relevante divulgado na mesma data.

Renovação Acordo Temporário

Em 2023 a Administração, em conjunto com seus debenturistas, realizou novas assembleias para tratar dos termos do acordo firmado em 09 de agosto de 2018. Diante disso, nas Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas nos dias 17 de janeiro, 14 de abril, 21 de junho, 1º de setembro e 06 de novembro de 2023 entre a Pernambuco III e seus Debenturistas, foram firmadas as novas prorrogações do acordo temporário, mantendo-o vigente até o encerramento do exercício de 2023, nos mesmos termos já firmados anteriormente.

Sustação definitiva dos efeitos do vencimento antecipado

Em 12 de dezembro de 2023, foi aprovada a sustação definitiva dos efeitos do vencimento antecipado das debêntures da Companhia ocorrido em 01/09/2017 e a reestruturação dos termos, condições e características das Debêntures.

Eventos Subsequentes

Assembleia Geral de Debenturistas

Em 30 de janeiro de 2024 às 9h30 e 10h30, houve a realização de assembleias para tratar dos termos do acordo temporário vigente, entretanto em razão da aprovação da sustação definitiva dos efeitos do vencimento antecipado, houve a perda do objeto do referido assunto.

Em 08 de fevereiro de 2024, a Companhia publicou edital de convocação convocando os titulares das Debêntures para reunirem-se em primeira convocação para Assembleia Geral de Debenturistas no dia 29/02/2024, às 10 horas, a ser realizada de modo exclusivamente, para examinar e deliberar sobre as matérias da Ordem do Dia conforme Edital disponível, na íntegra, no site da Companhia (www.utepeiii.com.br).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 29 de fevereiro de 2024 às 10 horas, a Companhia realizou Assembleia Geral de Debenturistas para tratar da Autorização para que o Agente Fiduciário celebre, em conjunto com a Emissora e demais signatários os instrumentos, de “Terceiro Aditamento ao Contrato de Administração de Contas” e o “Segundo Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, a fim de compatibilizar referidos Aditamentos aos termos e condições da reestruturação das Debêntures aprovada na assembleia geral de debenturistas realizada em 12 de dezembro de 2023.

Em 01 de março de 2024, a Companhia publicou edital de 2ª convocação convocando os titulares das Debêntures para reunirem-se em segunda convocação para Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 da Escritura de Emissão, a ser realizada no dia 11 de março de 2024, às 10 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, com link de acesso a ser encaminhado pela Emissora aos Debenturistas habilitados e ao Agente Fiduciário, nos termos da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 (“Lei das S.A.”), e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29/03/2022, para examinar e deliberar sobre as matérias da Ordem do Dia, conforme Edital disponível, na íntegra, no website da Companhia <http://www.utepeiii.com.br/>.

Em 11 de março de 2024, às 10 horas, a Companhia realizou Assembleia Geral de Debenturistas para tratar da Autorização para que o Agente Fiduciário celebre, em conjunto com a Emissora e demais signatários os instrumentos, de “Terceiro Aditamento ao Contrato de Administração de Contas” e o “Segundo Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, a fim de compatibilizar referidos Aditamentos aos termos e condições da reestruturação das Debêntures aprovada na assembleia geral de debenturistas realizada em 12 de dezembro de 2023.

A íntegra das ordens do dia e respectivas deliberações, estão disponíveis através das atas, no website da Companhia <http://www.utepeiii.com.br/>.

Empréstimos e Financiamentos – Reestruturação da CCB

Em 08 de março de 2024, a Companhia firmou o Termo de Acordo de Reestruturação de Dívida (“Termo”) da Cédula de Crédito Bancário n.º 1011161000005600 (“CCB”), entre a Companhia e a Across Recuperação de Crédito Ltda (“Across”) para reestruturação da CCB. O Termo não afeta o fluxo de pagamento das Debêntures, equivalente a 84,40% (oitenta e quatro inteiros e quarenta centésimos por cento) do fluxo de caixa trimestral livre disponível para o pagamento dos credores, em conformidade com o estipulado na cláusula 6.28.1, XIX do Terceiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Escritura de Emissão”). Adicionalmente, em linha com o disposto na cláusula 6.28.1, XVIII da Escritura de Emissão, a Across peticionou, em conjunto a Emissora, informando a desistência da ação monitória n.º 1142126-81.2022.8.26.0100, atualmente em trâmite perante a 38ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, a qual tinha a finalidade de cobrar o crédito da CCB e estava suspenso para tentativa de acordo entre as partes.

Reforma Tributária

Em dezembro de 2023, foi promulgada pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional de nº 132/2023, que altera o Sistema Tributário Nacional. O texto que deu origem a Emenda, teve como base, a PEC de nº 45/2019, a qual a versão final, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, no mesmo mês.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O principal objetivo, será a Simplificação do Sistema Tributário Atual. O texto prevê um teto para manter constante a carga tributária sobre o consumo, tendo como o principal efeito, a unificação de cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS), em cobranças que serão divididas entre os níveis: i) federal (CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços e IS: Imposto Seletivo) e; ii) estadual (IBS: Imposto sobre Bens e Serviços). Ainda, foi proposto a criação de fundos para a recomposição das concessões de incentivos fiscais e para o desenvolvimento regional, e a realocação de tributos, como o ITCMD e o IPVA.

O período de transição para o novo modelo tributário deverá ocorrer de forma gradativa e com etapas distintas até a sua conclusão. Para o exercício de 2024, a Empresa acompanhará as publicações das Leis Complementares e Ordinárias, para que possa se adaptar as novas regulamentações propostas, bem como, avaliar os impactos em suas operações.

Declaração dos Diretores

Os Diretores da Termelétrica Pernambuco III S.A declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras individuais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e com as opiniões expressas no parecer de auditoria da Grant Thornton.

Aviso Legal

Esse relatório foi preparado tendo como objetivo indicar e explanar a situação atual e o andamento dos negócios da Companhia. Este documento é de propriedade da Termelétrica Pernambuco III S.A. e não poderá ser utilizado, para qualquer outro fim, sem a prévia autorização.

As informações contidas neste documento, refletem as atuais condições e os entendimentos da Administração até a presente data, estando sujeitas a alterações. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão notabilizados neste documento e nas Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia encontra-se à disposição para eventuais dúvidas através do e-mail: ri@utepeiii.com.br ou através do telefone +55 (11) 4130-3855.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Companhia" ou "PIII") é uma sociedade por ações de capital aberto, "Categoria B", nos termos da Instrução CVM nº 480 e alterações posteriores, com sede em Igarassu/PE – Brasil, cujo objeto específico é de geração de energia elétrica de origem térmica, à base de óleo combustível, e o comércio de energia elétrica.

A Companhia possui autorização para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, mediante implantação e exploração da Usina Termelétrica Pernambuco III, localizada no município de Igarassu, Estado de Pernambuco, constituída de vinte e três unidades geradoras de 8,73 MW (*) cada, totalizando 200,79 MW (*) de capacidade instalada. O início da operação da Companhia ocorreu em dezembro de 2013 e possui autorização para a exploração pelo período de 35 anos, findando em 2 de julho de 2044.

Em 14 de julho de 2014, a integralidade das ações da Companhia foi incorporada pela Mesa Participações S.A., Companhia também é controlada pela Bolognesi Energia S.A.

No exercício de 2023, a Companhia fez frente à geração de energia ao Sistema Integrado Nacional ("SIN") no total de 8.253 MWh (*), (26 MWh (*) em 2022).

(*) Informação não financeira, não auditada.

a) Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$126.709 (R\$758.844, em 31 de dezembro de 2022), prejuízos acumulados de R\$883.261 (R\$771.634, em 31 de dezembro de 2022) patrimônio líquido (passivo a descoberto) de R\$712.214 (R\$600.587 em 31 de dezembro de 2022), em virtude do saldo das debêntures, obrigações financeiras e débitos perante fornecedores.

Em 12 de dezembro de 2023, foi aprovada, por 91,07% das debêntures em circulação, a sustação definitiva dos efeitos do vencimento antecipado das debêntures, o que corrobora o sucesso da Administração na renegociação de seus passivos junto aos credores financeiros.

Notas Explicativas

b) Processo de arbitragem – Reorganização Financeira

Em 1º de fevereiro de 2022, foi proferida sentença arbitral, complementada pela Decisão sobre Pedidos de Esclarecimentos em 05 de abril de 2022, por meio da qual o tribunal arbitral rejeitou os pedidos de resolução do Contrato de Reorganização e de Financiamento (“Contrato de Reorganização”) apresentados pelas partes (Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A.), determinando a manutenção do Contrato de Reorganização e o cumprimento de determinadas obrigações nele previstas. As partes entraram em tratativas para acordar a forma de continuidade do Contrato de Reorganização, sendo que até a presente data nenhum acordo foi concretizado. Por fim, a Administração entende que no âmbito das disposições estabelecidas no Contrato de Reorganização (vigente nesta data), a Administração informa que a Companhia não é afetada financeiramente e, conseqüentemente, nenhuma obrigação deve ser registrada contabilmente em suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023, bem como quaisquer outras informações decorrentes do Contrato de Reorganização devem ser apresentadas nessas demonstrações financeiras.

Em Assembleia Geral de Cotistas, Multiner Fundo de Investimento em Participações (“FIP”) iniciada em 07 de agosto de 2023 e encerrada em 19 de janeiro de 2024 as Partes autorizaram a celebração pelo FIP do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças com o Grupo Bolognesi, para fins de buscar a construção de uma solução extrajudicial que implemente o objetivo atual do FIP de desinvestimento estruturado na Multiner e a contratação pelo Fundo de assessores jurídicos, técnicos e financeiros para esta transação.

c) Programa de Compliance da Companhia

A Administração da Companhia, em consonância com a Lei nº 12.846/13, vem estruturando tanto ações preventivas, quanto de monitoramento e controle, visando o aprimoramento de boas práticas para o fortalecimento da governança corporativa, assim como a devida adequação dos processos internos, para prevenção de fraude. Nesse sentido, no final de 2016, criou a área de Compliance, que além da supervisão da conformidade e desempenho dos processos é responsável pela monitoração dos controles internos e aplicação da auditoria interna. Desde então, a área propôs e adotou novas políticas, estabeleceu rotinas de processos e normas gerais de funcionamento de diversas atividades, tais como: a supervisão do Relacionamento com Fornecedores e sua prévia análise, tratamento interno relativo à Lei Geral de Proteção aos Dados – LGPD e de mecanismos que possibilitam detectar eventuais falhas nos processos, entre outros. Destaca-se, no plano geral, a implantação do Código de Conduta Ética e Profissional, que têm por objetivo prevenir, detectar e evitar irregularidades praticadas contra a Companhia ou contra terceiros, assegurando que as relações com os *stakeholders*, colaboradores, clientes e fornecedores sejam conduzidos com ética e transparência.

A Companhia também conta, desde abril de 2020, com o Canal da Ética. Trata-se de um serviço de comunicação independente, por meio do qual é possível registrar relatos sobre ações e condutas que não estão em conformidade com o Código de Conduta Ética e Profissional da Companhia. As informações relatadas são recebidas por uma empresa independente, o que garante o sigilo e tratamento adequado dos relatos e, depois, encaminhados à área de Compliance para o processo de investigação, conforme delegação do Conselho. Em complemento à estrutura do Canal da Ética, a Companhia possui um Comitê de Ética, formado por representantes de diferentes áreas, o qual tem como responsabilidades a análise dos resultados das investigações, a aplicação de medidas corretivas, no que couber, assim como a atualização do próprio Código de Conduta Ética e Profissional.

O acesso ao Canal da Ética pode ser realizado via site: www.resguarda.com/canaleticahidrotermica, ou, ainda o e-mail: etica.hidrotermica@resguarda.com, disponíveis 24 horas por dia, 7 dias da semana. Como alternativa, a Companhia oferece acesso ao Canal da Ética, pelo telefone 0800-891 4636, com atendimento pelo operador, nos dias úteis, das 8hs às 22hs, fora desse horário, o manifestante poderá fazer seu relato por meio de mensagem gravada.

Notas Explicativas

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada; as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM); e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, designados pelo valor justo por meio de resultado.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2024.

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

c) Informação por segmento

A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio de origem térmica, à base de óleo combustível, e o comércio de energia elétrica, na condição de produtor independente, mediante implantação e exploração da Usina Termelétrica Pernambuco III. Sendo assim, a Administração da Companhia, responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da empresa, não se utiliza de informações por segmento para suas análises.

d) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e transações com partes relacionadas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 26.

Notas Explicativas

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, transações com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 25.

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos.

e) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, tais como frete, tributos e armazenamento.

g) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

A depreciação é calculada com base na vida útil estimada dos bens. Considerando que a Companhia espera utilizar os ativos enquanto houver contrato de venda de energia de longo prazo - PPA, a vida útil estimada está limitada a 2027, quando se encerra esse contrato.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Notas Explicativas

h) Provisão para pesquisa e desenvolvimento

Os encargos destinados a investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento ("P&D") estão estabelecidos na Lei nº 9.991 de 2000 e suas alterações, e regulamentados pelas Resoluções Normativas nº 316 de 2008 e nº 504 de 2012 e normas correlatas. O P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em P&D gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), afim de custear os estudos e pesquisas de planejamento e expansão do sistema energético, bem como, os estudos de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais elétricos.

i) Fornecedores

Os valores a pagar aos fornecedores são obrigações decorrentes de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores a pagar são apresentados como passivo não circulante. Eles são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

j) Partes relacionadas

Referem-se a operações com partes relacionadas decorrentes principalmente de suporte financeiro recebido pela Companhia em decorrência de sua baixa liquidez ou estoque em poder de terceiros (Nota Explicativa nº 9).

k) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia.

Essas estimativas são revisadas periodicamente. Quando registrados, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados, respectivamente, bem como diferenças temporárias.

Em 31 de dezembro de 2023, considerando a perspectiva futura de geração de bases positivas de cálculo da carga tributária sobre o lucro, a Companhia não registra contabilmente os impostos diferidos.

A Companhia não constituiu no exercício de 2023 o montante de R\$ 111.391 referente a prejuízo fiscal e base negativa de cálculo da contribuição social de tributos diferidos ativos em face de não haver expectativa de lucros futuros tributáveis para a sua compensação.

l) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida mensalmente pelo faturamento dos contratos firmados tanto em ambiente regulado como em ambiente livre, os quais são pactuados por meio de leilões de energia e preveem o fornecimento de uma determinada quantidade de energia por um determinado período, geralmente por vários anos. Os valores a serem faturados mensalmente são pré-estabelecidos nos contratos de energia reserva (receita fixa) e sob demanda da ONS (receita variável). A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

m) Impostos sobre receita

As receitas de vendas estão sujeitas a 1,65% de PIS - Programa de Integração Social e a 7,6% de Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Notas Explicativas

n) Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024, conforme segue:

Listamos a seguir as normas contábeis que foram publicadas a partir de 1º de janeiro de 2023:

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, destacamos as alterações a seguir:

CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021).

Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade.

Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro – Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação.

Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro – Reforma Tributária Internacional – Regra do Modelo do Pilar Dois (*).

Alterações à IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros – Definição de Estimativas Contábeis.

(*) Na data de divulgação do modelo de demonstração financeira, a regra do modelo do Pilar Dois estava sob avaliação dos reguladores brasileiros, dessa forma, as alterações não foram refletidas no CPC correspondente.

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, novas e revisadas emitidas e ainda não vigentes:

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto.

Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante;

Alterações à IAS 1 Passivo Não Circulante com *Covenants*.

Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 Acordos de Financiamento de Fornecedores.

Alterações à IFRS 16 Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, a partir das suas vigências.

2.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possam provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas a seguir.

Notas Explicativas

a) Vida útil e valor recuperável dos ativos não financeiros (Nota Explicativa nº 10)

O imobilizado é depreciado durante sua vida útil econômica, levando em consideração a taxa de depreciação estabelecida pela Aneel e limitada ao período do PPA, período em que a Companhia espera utilizar os ativos, de acordo com as melhores estimativas da Administração. A cada data de reporte, a Administração analisa e avalia indicadores de "impairment" dos ativos, com base no seu julgamento, experiência e dados de mercado.

b) Reconhecimento de provisão para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 17)

A Companhia utiliza a opinião dos assessores jurídicos para constituir provisão sobre passivos contingentes. Os processos são avaliados mensalmente e as provisões são reconhecidas quando é provável o desembolso de caixas futuro, sendo realizada análise individual dos processos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2023	31.12.2022
Bancos - conta corrente	230	1.397
Aplicações financeiras (i)	2.398	205
Total	2.628	1.602

O saldo apresentado em Caixa e equivalente de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 2.628 (R\$ 1.602 em 31 de dezembro de 2022); e

- (i) As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Investimento de renda fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo resgatáveis a qualquer momento com o próprio emissor, sem risco significativo de mudança de valor. As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa média de 100,67% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (99,55% do CDI, em 31 de dezembro de 2022).

4. Contas a receber

	31.12.2023	31.12.2022
Suprimento de energia	37.994	21.065
Energia de curto prazo - CCEE	31	8
Total	38.025	21.073

O saldo em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$38.025 (R\$21.073, em 31 de dezembro de 2022), decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade. Modalidade de contrato em que a Companhia é remunerada pelas distribuidoras compradoras no leilão de energia promovido pelo poder concedente, pelo investimento realizado em implantação (parcela de receita fixa) e pela operação e manutenção da usina conforme despachos de geração do Operador Nacional do Sistema Elétrico ONS (parcela de receita variável). Para estes recebíveis, não foi necessário o registro de perda esperada com créditos.

A variação do saldo de contas a receber se deu em razão da receita variável decorrente da geração de energia ocorrida no exercício de 2023. O saldo de contas a receber advém do suprimento de energia elétrica aos clientes da Companhia, cujo prazo médio de recebimento é de até 30 dias.

Notas Explicativas

5. Tributos a recuperar

	31.12.2023	31.12.2022
IRPJ	355	355
IRRF	458	270
CSLL	157	157
PIS/COFINS (i)	568	535
Outros	29	29
Total	1.567	1.346

Os valores constantes em tributos a recuperar são oriundos da retenção de IRRF sobre os resgates de aplicação financeira e PIS e Cofins sobre compra de óleo combustível e compra de materiais, na alíquota total de 9,25%, além de IRPJ e CSLL.

6. Estoques

	31.12.2023	31.12.2022
Óleo combustível pesado (HFO - <i>Heavy Fuel Oil</i>) (i)	24.821	18.254
Peças para manutenção	9.459	9.715
Estoque de peças em poder de terceiros	205	205
Total	34.485	28.174

- (i) Refere-se a óleo combustível HFO ("*Heavy Fuel Oil*") que é utilizado nos motores da operação de geração de energia.

7. Depósitos vinculados - contas reserva

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui registrado em seu balanço patrimonial o montante de R\$ 9.210 (R\$ 11.900 em 31 de dezembro de 2022), referente à conta de depósito vinculado que está segregada de caixa e equivalentes de caixa por não ter liquidez imediata. A estrutura das contas é a seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
Conta centralizadora (a)	5.948	9.028
Contas de provisionamento e reserva de serviço de dívida (b)	14	14
Conta reserva garantia (ONS) (c)	2.933	2.858
Conta reserva garantia (BP North) (d)	315	-
Total	9.210	11.900

- (a) Refere-se à conta centralizadora de recebimento de receitas;

Após a declaração de vencimento antecipado das debêntures em 1º de setembro de 2017, a movimentação das contas tornou-se possível em função de decisão de Tutela antecipada, em 14 de setembro e 17 de outubro de 2017, determinando que o Agente Fiduciário se abstenha de bloquear os valores recebíveis da Companhia até o limite de R\$7,5 milhões por mês, permitindo que a Companhia possa pagar seus funcionários, prestadores de serviços, tributos e insumos, prosseguindo com suas atividades, até deliberação dos debenturistas ou decisão contrária em sede recursal. Em 09 de agosto de 2018, em Assembleia Geral de Debenturista ("AGD") a Companhia e os Debenturistas entraram em acordo de suspensão da ação judicial, e determinaram o compartilhamento dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora na seguinte proporção:

- (i) 66,66% (sessenta e seis inteiros e sessenta e seis centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para a PIII;
- (ii) 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para os

Notas Explicativas

debenturistas, com o objetivo de amortizar o saldo devedor da dívida, observando-se a formação de fundo de despesas; e

No exercício de 2023, o referido acordo permaneceu válido conforme renegociação amigável junto aos credores, conforme deliberação em Assembleia Geral de Debenturista ("AGD").

- (b) Reserva constituída para direcionamento das receitas variáveis e repasse aos debenturistas, conforme acordo;
- (c) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém depositado em conta reserva o montante de R\$ 2.933 (R\$ 2.858 em 31 de dezembro de 2022). O saldo refere-se ao contrato garantia junto à ONS das obrigações decorrentes de pagamento dos encargos de uso do sistema de transmissão referente ao Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST no 055/2011, a qual o Banco Daycoval S.A. figura como fiador e principal pagador, solidariamente com a Companhia. Dessa forma, o Banco Daycoval, na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela Companhia referente ao contrato mencionado, deverá efetuar o pagamento das importâncias que forem devidas, até o limite de R\$ 2.353, dentro do prazo de 48 horas. Esta conta está segregada de caixa e equivalentes de caixa por não ter liquidez imediata.
- (d) Em 31 de dezembro de 2023, o saldo em aberto de R\$ 315 refere-se à conta *escrow* administrada pela BP North em a garantia da aquisição de óleo combustível importado.

8. Adiantamento de fornecedores

	31.12.2023	31.12.2022
Pesquisa & desenvolvimento (i)	337	37
Adiantamento a funcionários	10	22
Adiantamento a fornecedores (ii)	19.482	18.336
Total	19.829	18.395

- (i) A Lei nº 9.991/2000 instituiu a obrigatoriedade, para empresas geradoras de energia, de investimento do valor correspondente a 1% de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, de acordo com regulamentos da ANEEL. O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 337 (R\$ 37 em 31 de dezembro de 2022) representa os montantes investidos pela Companhia em projetos de P&D.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2023, o saldo em aberto de R\$ 19.482 é formado principalmente por: R\$ 5.000 referente à garantia do frete na aquisição de óleo combustível importado e R\$ 10.000 referente à garantia na aquisição de combustível importado, ambos com o fornecedor BP North.

Notas Explicativas

9. Partes relacionadas

	31.12.2023			31.12.2022		
	Empréstimo Ativo	Serviços compartilhados a pagar	Empréstimo Passivo	Empréstimo Ativo	Serviços compartilhados a pagar	Empréstimo Passivo
Estoques de terceiros em nosso poder						
Borborema Energética S.A. (i)	205	-	-	205	-	-
	205	-	-	205	-	-
Partes relacionadas						
Autódromo Energética S.A. (ii) e (iii)	-	861	216	-	861	216
Ben Bioenergia Ger. Com. Energia do Nordeste S.A. (ii)	94	-	-	94	-	-
Boa Fé Energética S.A. (iii)	-	1.433	-	-	956	-
Bolognesi Energia S.A. (ii)	-	-	6.060	-	-	6.060
Bolognesi Engenharia (ii)	1	-	-	1	-	-
Borborema Energética S.A. (i) e (iii)	16.227	273	2.963	16.227	261	2.963
Brasilterm Energia S.A. (ii)	-	-	54	-	-	54
Central Energética Palmeiras S.A. (iv)	19.475	-	-	19.475	-	-
Companhia Energética Rio da Prata S.A. (ii)	230	-	-	230	-	-
Criuva Energética S.A. (iii)	-	293	-	-	193	-
Da Ilha Energética S.A. (ii) e (iii)	-	1.943	9	-	822	9
Flame Nova Aratu Holdings S.A. (iii)	-	23	-	-	23	-
Hidrotermica Comercializadora S.A. (iii)	-	151	-	-	140	-
Hidrotermica S.A. (ii) e (iii)	245	1.020	-	245	863	-
Maracanaú Geradora de Energia S.A. (iii)	-	576	-	-	485	-
Multiner S.A. (v)	-	-	33.126	-	-	33.126
São Paulo Energética S.A. (ii) e (iii)	-	132	6	-	96	6
Serra Verde Energética S.A. (ii)	-	-	26	-	-	26
Serrana Energética S.A. (iii)	-	293	-	-	192	-
Vêneto Energética S.A. (ii) e (iii)	-	743	6	-	519	6
	36.272	7.741	42.466	36.272	5.411	42.466
Fornecedores						
Hidrotermica Comercializadora de Energia S.A. (vi)	-	-	2.099	-	-	2.099
	-	-	2.099	-	-	2.099
Total	36.477	7.741	44.565	36.477	5.411	44.565

31.12.2023		31.12.2022	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Serviços compartilhados	-	-	5.411
Empréstimos	36.272	36.272	42.466
Saldo final	36.272	50.207	47.877

- (i) A Companhia possui saldo de estoque (R\$16.227) que se refere a óleo combustível emprestado à parte relacionada Borborema Energética S.A. bem como empréstimos de peças (R\$205). Durante 2018, a Companhia reavaliou a forma de pagamento da dívida determinando que a devolução será feita pela Borborema através de pagamento e não de devolução do mesmo material.
- (ii) A Companhia mantém relacionamento de mútuos sem incidência de correção monetária e juros;
- (iii) Serviços compartilhados: a Companhia e as demais empresas do Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte compartilham determinadas estruturas e custos administrativos, de modo que esses custos e despesas são repassadas com base nos critérios de rateio definidos entre as empresas. Os contratos de compartilhamento foram firmados e aprovados pela Administração das empresas em 2021;
- (iv) O saldo ativo com a sua coligada Central Energética Palmeiras S.A. (CEPASA) refere-se a concessão de créditos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL dentro do programa de parcelamento instituído pela Medida Provisória nº 766/17. Em fevereiro de 2021, a sua coligada saldou parcialmente o saldo em aberto no montante de R\$ 3.700
- (v) O saldo com a Multiner S.A. decorre de contrato de mútuo para o pagamento de despesas, com prazo de vencimento indeterminado e sobre o qual incide juros de 105,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Após 1º de janeiro de 2018, a Companhia deixou de remunerar o saldo devido à Arbitragem instaurada em 19 de dezembro de 2017, submetida à Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo (Câmara Ciesp), conforme Nota Explicativa nº 1 – “Processo de arbitragem – Reorganização Financeira; e

Notas Explicativas

(vi) A Companhia comercializou energia elétrica com a Hidrotérmica Comercializadora de Energia S.A. no ambiente de contratação livre. Foram vendidos 5,52 megawatts médios de energia elétrica e comprados 14,52 megawatts médios. A energia foi adquirida para recomposição de lastro afim de manter índices de disponibilidade necessários para evitar incidência de penalidades associadas ao cumprimento da garantia física da usina.

Dado o momento de reestruturação de dívidas da Companhia, a Administração está avaliando o melhor momento para liquidar os saldos ativos e passivos entre partes relacionadas

Estrutura de custos compartilhada

A Companhia, e as demais empresas do Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte, compartilham determinadas estruturas e custos administrativos, de modo que esses custos e despesas são repassadas com base nos critérios de rateio definidos entre as empresas. Os contratos de compartilhamento foram firmados e aprovados pela Administração das empresas a partir do ano de 2021.

Remuneração da Administração

A Administração da Companhia é compartilhada com as demais empresas do Grupo Econômico, dessa forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi pago o montante de R\$ 344 (R\$ 404 em 31 de dezembro de 2022) referente as despesas com Administradores e Conselho de Administração, esse montante refere-se integralmente a remuneração fixa, encargos e benefícios (Plano de Saúde, Odontológico e Seguro de Vida).

Movimentação de partes relacionadas

	Ativo	Passivo
Saldo inicial	36.272	47.877
Serviços compartilhados	-	2.330
Saldo final	36.272	50.207

10. Imobilizado

a) Composição do saldo

Itens	Taxa de depreciação	31.12.2023			31.12.2022
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Usinas - Imobilizado em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	8,13%	35.656	(24.068)	11.588	14.487
Máquinas e equipamentos	8,78%	413.837	(268.822)	145.015	181.323
Móveis e utensílios	8,76%	137	(82)	55	54
Total imobilizado em serviço		449.630	(292.972)	156.658	195.864
Usinas - imobilizado em curso					
Material em depósito		7.133	-	7.133	7.133
Total imobilizado em curso		7.133	-	7.133	7.133
Total do Imobilizado		456.763	(292.972)	163.791	202.997

Notas Explicativas

b) Muta  o do Imobilizado

	31.12.2022	Adi��es	Transferências / Reclassifica��es	Deprecia��o	31.12.2023
Usinas - Imobilizado em serviço					
Edifica��es, obras civis e benfeitorias	14.487	-	-	(2.899)	11.588
Máquinas e equipamentos	181.323	43	-	(36.351)	145.015
Móveis e utensílios	54	13	-	(12)	55
Total imobilizado em serviço	195.864	56	-	(39.262)	156.658
Usinas - imobilizado em curso					
Material em depósito	7.133	-	-	-	7.133
Imobilizado a classificar	-	27	(27)	-	-
Total imobilizado em curso	7.133	27	(27)	-	7.133
Total do Imobilizado	202.997	83	(27)	(39.262)	163.791

A Companhia adota como deprecia  o o método linear, com base na vida útil estimada dos bens, limitada ao período do Power Purchase Agreement (PPA).

Do ativo imobilizado, dois transformadores de força de 10 até 350 KVA com valor contábil de R\$6.067 são dados em garantia de opera  o com o Banrisul (Nota Explicativa n   15).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou estudo, de acordo com o CPC 01 (R1) / (IAS 36), para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recupera  o (teste de *impairment*).

As premissas gerais adotadas foram:

- Data-base da avalia  o: 31 de dezembro de 2023;
- Metodologia: método da renda - fluxo de caixa livre para o acionista descontado;
- Período de proje  o: de 1   janeiro de 2024 até o final do período do *Power Purchase Agreement* - PPA (31/12/2027);
- Moeda de proje  o: os fluxos de caixa foram projetados em reais (R\$) em termos nominais (considerando a infla  o);
- Taxa de desconto: calculada através da metodologia do Custo Médio Ponderado do Capital (WACC), levando em considera  o a estrutura de capital médio. O fluxo de caixa foi descontado pelo Custo do Capital Próprio em termos nominais, chegando-se a uma taxa de desconto de 11,53% para a Companhia; e
- Ajustes: ativos e passivos não operacionais não foram considerados nas proje  es de fluxo de caixa.

Diante dos estudos realizados, a Companhia não identificou no período fatores que indiquem a necessidade de ajuste de perdas por *impairment* para a data base destas demonstra  es financeiras em compara  o ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

11. Direito de uso e passivo de arrendamento mercantil

Em atendimento ao CPC 06 (R2) / (IFRS 16), a Companhia reconhece contabilmente os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isen  o da norma:

- Contrato com um prazo inferior ou igual a 12 meses; e
- Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A Companhia possui contratos de arrendamentos referente a loca  o de terrenos onde está localizada a usina.

Notas Explicativas

As movimentações do direito de uso e do respectivo passivo de arrendamento ocorridas no trimestre findo em 31 de dezembro de 2023 são:

	Ativo	
	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	4.046	3.709
Atualização	-	2.046
Amortização	(863)	(1.709)
Saldo final	3.183	4.046

	Passivo	
	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	5.556	4.497
Variação Monetária	838	2.566
Pagamento	(1.614)	(1.507)
Saldo final	4.780	5.556
Circulante	1.593	1.389
Não Circulante	3.187	4.167

Para determinação do valor justo dos contratos de arrendamentos de terrenos da Companhia, aplicou-se a taxa de desconto de 16,04% a.a., pois a taxa de juros não se encontra explícita nas informações disponíveis em contrato. Adicionalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos, a Companhia considerou como prazo o período de concessão do complexo 94 meses, ou seja, prazo findo em 31 de outubro de 2026.

Os futuros pagamentos mínimos de arrendamento compreendem os montantes devidos pela Companhia ao arrendador pela obrigação oriunda da transferência do direito de uso do ativo durante o prazo de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2023, são conforme segue:

31 de dezembro de 2023	Fluxo de Pagamento			
	Fluxo Contratado	Até 12 meses	Até 24 meses	Até 36 meses
Passivo de arrendamento	4.780	1.593	1.593	1.594

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o IPCA projetado de 11,40% a.a. para 31 de dezembro de 2023 divulgado no Focus (relatório de mercado do Banco Central do Brasil), e representam os seguintes montantes:

Notas Explicativas

	Direito de uso	
	31.12.2023	31.12.2022
Fluxo real		
Direito de uso	4.046	3.709
Depreciação	(863)	(1.709)
Atualização	-	2.046
Fluxo inflacionado		
Direito de uso	2.389	3.208
Depreciação	(819)	(819)
	Passivo de arrendamento	
	31.12.2023	31.12.2022
Fluxo real		
Passivo de arrendamento	4.780	5.556
Despesa financeira	(838)	(2.566)
Fluxo inflacionado		
Passivo de arrendamento	3.388	4.250
Despesa financeira	(561)	(680)

12. Fornecedores

	31.12.2023	31.12.2022
Energia elétrica comprada para revenda com partes relacionadas (Nota explicativa nº 9)	2.099	2.099
Encargo de uso do sistema de transmissão	1.649	1.462
Materiais e serviços (i)	52.401	48.283
Total	56.149	51.844
Circulante	37.111	18.530
Não Circulante	19.038	33.314

(i) Na rubrica de materiais e serviços temos valores renegociados com os fornecedores a seguir:

- Em 14 de setembro de 2017 havia o montante em aberto de R\$14.600 com os fornecedores Wartsila Finland OY, Wartsila Services Switzerland Ltda. e Wartsila Brasil Ltda., decorrente do fornecimento de materiais e serviços para a operacionalização da usina. A Companhia firmou acordo para pagamento em 108 prestações mensais e consecutivas do saldo em aberto, que foi corrigido pela variação positiva do IPCA. O pagamento das parcelas iniciou em janeiro de 2019 e ocorreu a quitação total em 28 de setembro de 2023, (R\$10.483 em 31 de dezembro de 2022).
- Em 01 de março de 2019, a Companhia firmou acordo com o fornecedor Petrobras Distribuidora S.A. para pagamento em 96 prestações mensais e sucessivas do saldo em aberto no montante de R\$48.973, corrigidas pelo IPCA, vencendo-se a primeira em 15/01/2020 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, decorrente do fornecimento de óleo combustível utilizado na produção de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo em aberto de R\$24.467 (R\$30.082 em 31 de dezembro de 2022).
- Em 02 de outubro 2019, a Companhia firmou acordo com o fornecedor BP Products North América Inc, fornecedor de óleo combustível utilizado na produção de energia elétrica. O saldo devedor na data da negociação foi de R\$ 8.209, sendo pago em 25 de outubro de 2019 o montante de R\$ 4.130, o saldo restante renegociado em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas a partir de 25 de março de 2020. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo em aberto de R\$7.395 (R\$7.076 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

13. Obrigações tributárias

	31.12.2023	31.12.2022
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.139	1.220
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	353	324
PIS e COFINS s/faturamento	687	2.054
Outros tributos e contribuições retidos na fonte	108	130
Outros tributos	871	1.052
Total	3.158	4.780

14. Debêntures

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, saldo das debêntures é composto da seguinte forma:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Debêntures	731.842	657.546
Custo de transação	(6.227)	(5.431)
Total de debêntures	725.615	652.115
Circulante	42.926	652.115
Não Circulante	682.689	-

O saldo de custos de transação com a emissão das debêntures é representado, principalmente, por gastos com advogados, auditores, coordenação da oferta e publicidade da distribuição. Os custos de transação foram contabilizados como redução dos valores recebidos, e vêm sendo amortizados ao resultado ao longo do prazo da dívida que os originaram e têm por base o método do custo amortizado. O saldo de dívida a pagar, líquido dos custos de transação, é atualizado pelo método dos juros efetivos ao longo dos períodos contratuais, com adição das multas e juros de mora em decorrência do vencimento antecipado.

A operação está garantida por: **(i)** cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia; **(ii)** alienação fiduciária de ações ordinárias representativas da totalidade do capital social da emissora, detidas pela Mesa Participações S.A; e **(iii)** alienação fiduciária dos equipamentos da Companhia.

Vencimento antecipado

Em assembleia realizada no dia 31 de agosto de 2017, os debenturistas, representando 56,94% das debêntures em circulação, por unanimidade dos presentes, deliberaram pela não renovação de "waiver" referente à amortização das debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries.

Em 1º de setembro de 2017, a Companhia foi notificada pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional em quatro séries da Termelétrica Pernambuco III sobre o vencimento antecipado automático das debêntures nessa data. Com a notificação de vencimento antecipado, o agente fiduciário passou a bloquear os recebíveis e excutir a garantia da totalidade da receita fixa no pagamento das debêntures. Com o vencimento antecipado, houve o bloqueio de todos ativos financeiros da Companhia.

Em 04 de setembro de 2017, foi efetuado o pagamento proporcional no valor total de R\$ 41.092 das debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries. Devido à falta de recursos disponíveis pela Companhia, o pagamento do saldo remanescente de R\$ 314.530 não pode ser efetuado. Devido ao não pagamento do saldo remanescente, está sendo aplicado o disposto na cláusula 6.20 da escritura de emissão referente aos encargos moratórios (multa de 2% e juros de 1% ao mês), bem como retroação das parcelas vencidas à data de vencimento original.

Em 14 de setembro de 2017, via liminar assinada, houve o deferimento parcial do pedido de tutela de urgência para determinar o desbloqueio dos valores recebidos em 15 de setembro e 30 de setembro de 2017.

Notas Explicativas

Em 09 de agosto de 2018 os debenturistas representando 53,72% (cinquenta e três inteiros e setenta e dois centésimos por cento) das debêntures em circulação, por unanimidade, deliberaram pela aprovação do acordo negociado entre a Companhia e os assessores jurídicos e financeiros dos Debenturistas, visando resguardar os interesses dos Debenturistas e a suspensão temporária no Processo São Paulo, nos termos da minuta de petição conjunta anexa à ata, que foi protocolada nos autos do Processo São Paulo, a qual foi inteiramente aprovada pelos Debenturistas nesta assembleia.

Nos termos do acordo, os valores apurados e depositados mensalmente na Conta Centralizadora (Nota Explicativa nº 7), serão divididos da seguinte forma:

- a) 66,66% (sessenta e seis inteiros e sessenta e seis centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para a Companhia; e
- b) 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para os debenturistas, com o objetivo de amortizar o saldo devedor da dívida, observando-se a formação de fundo de despesas.

Renovação do acordo temporário

Em 17 de janeiro, 14 de abril, 21 de junho, 05 de setembro, 1º de setembro e 06 de novembro de 2023, houve a realização de Assembleias Gerais de Debenturistas todas às 09 horas e 30 minutos e às 10 horas e 30 minutos para tratar dos termos do acordo temporário vigente. Os debenturistas, deliberaram pela aprovação da prorrogação do acordo temporário até 31 de dezembro de 2023, estendendo-se até 06 de fevereiro de 2024, nos mesmos termos já firmados, conforme descrito no Fato Relevante de 09 de agosto de 2018 e AGD realizada na mesma data.

A íntegra das ordens do dia e respectivas deliberações, estão disponíveis através das atas, no website da Companhia <http://www.utepeiii.com.br/>.

Sustação definitiva dos efeitos do vencimento antecipado

Em Assembleia Geral de Debenturistas instalada e suspensa em 05 de setembro, 03 de outubro, 18 de outubro e 10 de novembro de 2023, e reaberta e encerrada em 12 de dezembro de 2023 às 14 horas e 30 minutos, os debenturistas representando 91,07% (noventa e um inteiros e sete centésimos por cento) das debêntures em circulação por unanimidade, deliberaram pela aprovação da sustação definitiva dos efeitos do vencimento antecipado da Emissão, ocorrido em 1º de setembro de 2017.

Notas Explicativas

Características das debêntures reestruturadas

A reestruturação dos termos, condições e características das Debêntures, seguem conforme quadro a seguir

Descrição	Tranche	Vencimento	Remuneração	Amortização
Primeira Série	1-A	31/03/2028	IPCA + 6,40% a.a.	Semestral (mar / set)
	1-B	31/12/2072	IPCA + 5,00% a.a.	No vencimento
	1-C	31/12/2060	TR	No vencimento
Segunda Série	2-A	31/12/2027	IPCA + 6,40% a.a.	Semestral (jun / dez)
	2-B	31/12/2072	IPCA + 5,00% a.a.	No vencimento
	2-C	31/12/2060	TR	No vencimento
Terceira Série	3-A	31/12/2027	IPCA + 6,40% a.a.	Semestral (jun / dez)
	3-B	31/12/2072	IPCA + 5,00% a.a.	No vencimento
	3-C	31/12/2060	TR	No vencimento
Quarta Série	4-A	31/03/2028	IPCA + 6,40% a.a.	Semestral (mar / set)
	4-B	31/12/2072	IPCA + 5,00% a.a.	No vencimento
	4-C	31/12/2060	TR	No vencimento

As novas taxas de remuneração serão aplicadas a contar da data de assinatura dos aditivos contratuais.

Nos termos do acordo, as garantias para cada tranche serão estabelecidas da seguinte forma:

- Tranches A e B, mantiveram as garantias originais da emissão e adicionalmente foi constituída uma nova garantia para a Tranche C sobre 30% dos direitos Líquidos da Ação Aneel.
- Constituição de caixa mínimo no valor de R\$ 15.000 mil;
- Cash Sweep dos valores acima do R\$ 15.000 mil aferidos e pagos semestralmente, a partir da composição do caixa mínimo.

Pagamento de juros remuneratórios aos debenturistas

Em 09 de janeiro, 08 de fevereiro, 08 de março, 10 de abril, 08 de maio, 09 de junho, 10 de julho, 08 de agosto e 08 de setembro, 09 de outubro, 08 de novembro e 08 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou os pagamentos referentes aos encargos remuneratórios e moratórios, conforme deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 09 de agosto de 2018 e fato relevante divulgado na mesma data. Os detalhamentos dos pagamentos são previamente informados aos detentores das Debêntures por meio de Aviso aos Debenturistas, 1 (um) dia antes do evento, no website da Companhia <http://www.utepeiii.com.br/>.

Movimentação de debêntures

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	652.115	578.425
Pagamento de juros com conta reserva	(56.581)	(52.856)
Apropriação Juros e multa	109.467	102.664
Atualização de debêntures	21.409	22.573
Custo de transação	(2.334)	-
Amortização de custo de transação	1.539	1.309
Saldo final	725.615	652.115

Saldo de debêntures por tranche

Notas Explicativas

31.12.2023				
Tranche	A	B	C	Total
1a série	47.678	107.655	75	155.408
2a série	61.275	135.838	75	197.188
3a série	58.629	133.224	75	191.928
4a série	58.197	129.045	75	187.317
	225.779	505.762	300	731.841

Notas Explicativas**15. Empréstimos e financiamentos**

a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

		<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
<u>Financiadores / Credores</u>	<u>Valor Contratado</u>	<u>Saldo Devedor Circulante</u>	<u>Saldo Devedor Circulante</u>
Across	69.521	146.226	133.668
		<u>146.226</u>	<u>133.668</u>

b) Principais características dos empréstimos e financiamentos:

<u>Financiadores / Credores</u>	<u>Valor Contratado</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Taxas</u>	<u>Data Contratação</u>	<u>Início</u>	<u>Término</u>	<u>31.12.2023</u>			<u>31.12.2022</u>		
							<u>Qtde Parcelas</u>	<u>Parcelas Pagas</u>	<u>Parcelas a vencer</u>	<u>Qtde Parcelas</u>	<u>Parcelas Pagas</u>	<u>Parcelas a vencer</u>
Across	69.521	Capital Giro	5,75% a.a + CDI	28/10/16	28/10/16	21/03/18	1	-	1	1	-	1

(*) Não houve renegociação da dívida. Em março de 2018, houve o vencimento da dívida referente à Cédula de Crédito Bancário (CCB) e em abril de 2018, começou a amortização por meio de execução de garantias vinculadas à receita variável conforme instrumento particular de cessão fiduciária de títulos e direitos creditórios nº 854800360950.

Em 29 de junho de 2021, a Companhia foi comunicada pela Across sobre a cessão de crédito entre Itaú Unibanco S.A ("Cedente") e Across Recuperação de Crédito Ltda ("Cessionária") referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórias, com exceção da garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que não será cedida e será liberada pelo Cedente concomitantemente à cessão do crédito nº 687614 (101116100005600).

Notas Explicativas

Movimentação de empréstimos e financiamentos

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	133.668	143.456
Atualização de empréstimos	12.558	22.007
(-) Pagamentos de principal	-	(31.795)
Saldo final	146.226	133.668

Garantias e cláusulas restritivas

Across

Como garantia da operação com o Across, utilizada como capital de giro para a compra de Óleo HFO, são concedidos: **(a)** avais pelos seguintes avalistas: Ronaldo Marcelo Bognesi, Hidrotérmica S.A., Bognesi Energia S.A., Bognesi Infraestrutura Ltda., Bognesi Empreendimentos Ltda. e Bognesi Engenharia Ltda., e **(b)** cessão fiduciária de direitos creditórios referentes à receita variável dos contratos de compra e venda de energia.

16. Pesquisa e desenvolvimento

	FNDCT	MME	P&D	TOTAL
Saldo inicial	13.270	6.636	10.115	30.021
Provisão	687	344	687	1.718
Juros	1.636	818	-	2.454
Multa	33	16	-	49
Atualização Selic	-	-	1.219	1.219
Pagamentos	(710)	(355)	-	(1.065)
Saldo final	14.916	7.459	12.021	34.396
Circulante	82	41	311	434
Não Circulante	14.834	7.418	11.710	33.962

Refere-se a encargo destinado a investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento nos termos da Lei nº 9.991, de 2000, e suas alterações, regulamentada pelas Resoluções Normativas nº 316, de 2008, e nº 504, de 2012, e normas correlatas. O encargo de P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em P&D gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

Notas Explicativas

17. Provisão para passivos contingentes

Os passivos contingentes existentes estão ligados, principalmente, às discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, cíveis e regulatórios.

A Administração da Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos externos e revisão de seus advogados, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- i) **Perda provável** – são processos em que existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%; e
- ii) **Perda possível** – são processos em que a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%.

a) Causas prováveis

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui ações classificadas como de perda provável.

b) Causas possíveis

A Companhia possui ações de naturezas cível, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, conforme demonstrado no quando a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Regulatório (i)	389.923	340.675
Tributário	10.488	495
Total	400.411	341.170

- (i) A Companhia ajuizou em 2015 ação em face da ANEEL, para assegurar à empresa o direito ao equilíbrio econômico-financeiro de outorga de geração de energia termelétrica, diante do acionamento da usina acima da previsão do edital. Suspensão de penalidades pela entrega de energia a menor até que seja promovido o reequilíbrio. Os pedidos foram julgados improcedentes em 2018, com reforma no TRF, anulando a sentença e determinando o retorno dos autos à origem para produção de prova pericial, com embargos de declaração da Aneel pendente de julgamento. Houve liminar recursal concedida para a PIII que impede a aplicação de penalidade até o dia 08/07/2019. A classificação de risco em 31 de dezembro de 2023 é possível no valor de R\$ 389.923 (R\$ 340.675 em 31 de dezembro de 2022).

18. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a) Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$171.047 sendo composto por 26.163 mil ações ordinárias nominativas.

A Bolognesi Energia S.A., acionista controlador indireto da Companhia, é polo passivo em ação judicial movida por terceiros que visa o reconhecimento judicial do seu direito de exercer contrato de opção de compra de ações correspondentes à 15% do capital social da Companhia ou percentual equivalente do capital de sua controladora direta, Mesa Participações S.A. O desfecho de tal ação poderá resultar em modificação no quadro de acionistas da Companhia ou de sua controladora direta.

Notas Explicativas

Dado que o contrato de opção de ações não estava aprovado no livro de ações, a Administração da Companhia entende que o aporte de Mesa na Companhia, bem como a garantia do debenturista são válidos, cabendo à requerente opor direitos contra a Bolognesi Energia S.A., na hipótese de o judiciário concordar com o pleito da requerente.

	31.12.2023		31.12.2022	
	Milhares de ações	Participação (%)	Milhares de ações	Participação (%)
Mesa Participações S.A.	26.163	100	26.163	100

b) Prejuízo básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Prejuízo básico por ação	31.12.2023	31.12.2022
Prejuízo do exercício	(111.627)	(117.512)
Quantidade de ações (milhões)	26.163	26.163
Prejuízo básico por ação (em reais)	(4,27)	(4,49)

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais que provocariam diluição para os exercícios apresentados, exceto pelos efeitos que possam surgir da ação judicial descrita anteriormente.

19. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não registrados

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia.

Essas estimativas são revisadas periodicamente. Quando registrados, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados, respectivamente, bem como diferenças temporárias.

Em 31 de dezembro de 2023, considerando a perspectiva futura de geração de bases positivas de cálculo da carga tributária sobre o lucro, a Companhia não registra contabilmente os impostos diferidos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldo de R\$ 836.031. (R\$ 724.641 em 31 de dezembro de 2022) referente ao prejuízo fiscal e R\$ 836.031 (R\$724.641 em 31 de dezembro de 2022) referente à base negativa de cálculo da contribuição social que foram gerados nos últimos anos, para os quais não houve constituição de tributos diferidos ativos em face de não haver expectativa de lucros futuros tributáveis para a sua compensação.

Esses prejuízos não estão sujeitos ao prazo decadencial, permanecendo o crédito fiscal disponível para a Companhia por tempo indeterminado. Na medida em que se tornar provável a geração de lucro tributável, a Companhia poderá registrar esse ativo

Notas Explicativas**20. Receita operacional líquida**

	31.12.2023	31.12.2022
Receita bruta de vendas		
Fixa (i)	175.482	164.205
Variável (ii)	15.370	(424)
Energia de curto prazo MCP	103	403
Lastro (iii)	-	119.826
	190.955	284.010
Deduções da receita bruta		
Pis e cofins sobre faturamento - 9,25%	(17.664)	(15.187)
Pis e cofins sobre lastro	-	(11.084)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.718)	(1.481)
Encargos setoriais	(689)	(625)
	(20.071)	(28.377)
Receita operacional líquida	170.884	255.633

- (i) A variação é decorrente da atualização pelo IPCA na Receita Fixa
- (ii) A variação apresentada na receita variável refere-se a maior necessidade de despacho ordenado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), que no exercício de 2023 a Companhia disponibilizou o equivalente a 8.253 MWh (26 MWh em 31 de dezembro de 2022); e
- (iii) A variação é decorrente da geração e não aquisição de lastro objetivando a recomposição de energia devido a indisponibilidade de energia no período de 2022 o mesmo não ocorreu no exercício de 2023 pela ausência de demanda da ONS, esta rubrica deve ser analisada em conjunto com o item Custo operacional – energia elétrica lastro conforme apresentado na (Nota Explicativa nº 21 item (ii)).

21. Custos operacionais

	31.12.2023	31.12.2022
Compra Energia MCP (i)	(159)	(129)
Energia Elétrica - Lastro (ii)	-	(110.769)
Encargo de uso do sistema de transmissão (iii)	(16.657)	(15.394)
Pessoal	(9.151)	(8.552)
Combustíveis e lubrificantes (iv)	(12.474)	(441)
Materiais	(3.962)	(3.663)
Serviços de terceiros (v)	(5.292)	(3.434)
Aluguéis	(21.080)	(21.201)
Manutenção e conservação - <i>Overhaul</i>	(1.974)	(1.964)
Depreciação e amortização	(40.124)	(39.306)
Seguros	(2.158)	(2.215)
Outros	(389)	(887)
Total de custos	(113.420)	(207.955)

- (i) A compra de energia MCP refere-se comercialização de energia elétrica contabilizada no curto prazo pela CCEE;
- (ii) Refere-se a compra de lastro devido a indisponibilidade no exercício de 2022;
- (iii) Os encargos de uso do sistema de transmissão são relacionados ao transporte da energia da usina até os sistemas de distribuição;
- (iv) O custo com combustíveis e lubrificantes referem-se à compra de insumos para atendimento ao despacho de energia na PIII, bem como consumo para geração de energia, o qual a Companhia disponibilizou 8.253 MWh em 2023 comparado a 26 MWh em 2022 (vide Nota Explicativa nº 1);
- (v) A variação na rubrica de serviços de terceiros refere-se principalmente aos gastos com serviços prestados, sendo eles: (i) contratação de serviços de mão de obra para melhoria estrutural, adequação técnica e segurança de setores de infraestrutura em 31 de dezembro de 2023 R\$1.543

Notas Explicativas

(R\$ 565 em 31 de dezembro de 2022); e (ii) serviços de transporte de colaboradores em 31 de dezembro de 2023 R\$ 1.398 (R\$ 510 em 31 de dezembro de 2022);

22. Outras receitas (despesas) operacionais**a) Gerais e administrativas**

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Impostos e taxas	(162)	(169)
Despesas com pessoal	(3.316)	(3.703)
Serviços de terceiros (i)	(4.588)	(5.416)
Indenizações (ii)	-	(2.200)
Outros	(153)	(102)
Total de despesas	<u>(8.219)</u>	<u>(11.590)</u>

- (i) A redução apresentada na rubrica refere-se à menor necessidade de contratação de serviços jurídicos no período em 31 de dezembro de 2023 R\$ 285 (R\$ 1.380 em 31 de dezembro de 2022);
- (ii) O valor apresentado na rubrica refere-se ao processo cível sob o nº 0248598-71.2015.8.19.0001, o qual foi pago em abril de 2022.

b) Outras receitas (despesas)

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Recuperação de outras despesas	200	24
Outras receitas	3	3
Reversão outras provisões (i)	-	1.223
Total de outras receitas (despesas), líquidas	<u>203</u>	<u>1.250</u>

- (i) A variação refere-se à reversão da provisão para contingência por mudança do prognóstico do processo cível.

23. Resultado financeiro, líquido

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Receita sobre aplicação financeira (i)	915	910
Juros sobre depósitos judiciais	32	39
Descontos obtidos (ii)	2.197	10
Variação cambial ativa (iii)	635	1.525
Variação monetária ativa (iv)	9	2.120
Total de receitas financeiras	<u>3.788</u>	<u>4.604</u>
Juros e multas das debêntures (v)	(109.911)	(102.664)
Variação monetária debêntures (v)	(20.965)	(22.573)
Amortização do custo das debêntures (v)	(1.539)	(1.309)
Juros de financiamentos	(24.008)	(22.006)
Juros fornecedores	(746)	(796)
Juros passivos	(5.357)	(4.886)
Variações monetárias passivas (vi)	(1.466)	(4.712)
Multas	(454)	(92)
Fiança	(42)	(44)
IOF	(375)	(372)
Total de despesas financeiras	<u>(164.863)</u>	<u>(159.454)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(161.075)</u>	<u>(154.850)</u>

- (i) A variação refere-se a rendimentos aplicação financeira atualizadas pela taxa Selic em 31 de dezembro de 2023 de 11,27% (13,75% em 31 de dezembro de 2022);

Notas Explicativas

- (ii) A variação na rubrica refere-se ao desconto obtido na quitação antecipada do parcelamento Wartsila em 28 de setembro de 2023;
- (iii) Os valores apresentados de variação cambial ativa referem-se à atualização cambial de dívidas com fornecedores em moeda estrangeira;
- (iv) A variação apresentada refere-se à atualização dos arrendamentos dos terrenos da Usina;
- (v) Os valores apresentados de juros, multas, variação monetária e amortização do custo das debêntures refere-se à atualização e amortização das debêntures de 9,11% a.a. + IPCA.
- (vi) Os valores apresentados referem-se: (i) atualização de empréstimos da Across e Daycoval; e (ii) atualização de arrendamento dos terrenos da Usina;

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Valor justo versus valor contábil

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados.

Notas Explicativas

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

			31.12.2023		31.12.2022	
	Mensuração	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	Nível 1	2.628	2.628	1.602	1.602
Contas a receber	Custo amortizado	Nível 1	38.025	38.025	21.073	21.073
Depósitos vinculados - contas reserva	Valor justo por meio de resultado	Nível 1	9.210	9.210	11.900	11.900
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 1	36.272	36.272	36.272	36.272
Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 1	56.149	56.149	51.844	51.844
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 1	50.207	50.207	47.877	47.877
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado	Nível 1	146.226	170.969	133.668	155.769
Debêntures*	Custo amortizado	Nível 1	725.615	731.452	657.546	784.450

(*) Em 31 de dezembro de 2023, a saldo contábil de debêntures desconsidera o montante de custo de transação de R\$ 6.227 (R\$ 5.431 em 31 de dezembro de 2022).

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, exceto empréstimos e financiamentos, a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, a Administração utilizou o último preço negociado das debêntures, e, para demais empréstimos, a taxa média de DI e IGP-M divulgada pela CETIP, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. A Administração calculou a taxa de desconto utilizando a DI e o IGP-M do período acrescido do *spread* dos juros dos títulos.

A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

Caixa e equivalentes de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

Contas a receber: decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade e é representado por créditos com vencimento até 30 dias.

Depósitos vinculados - conta reserva: os depósitos vinculados são reservas mantidas com a finalidade de atender às exigências contratuais de dívida. São mantidas em aplicações financeiras e estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

Fornecedores: estão mensurados pelo custo amortizado.

Notas Explicativas

Empréstimos e financiamentos: estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro.

Debêntures: estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro.

Administração financeira de risco

A Administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras, e os juros a vencer até o final do contrato.

	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	Acima de 4 anos
Fornecedores	56.149	56.149	37.111	9.519	9.519	-
Empréstimos e Financiamentos	146.226	146.226	146.226	-	-	-
Debêntures	725.615	725.615	42.926	94.010	136.936	451.743
Financiamento por arrendamento mercantil	4.780	4.780	1.593	3.187	-	-

b) Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração.

Quanto ao contas a receber, decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade. Modalidade de contrato em que a Companhia é remunerada pelas distribuidoras compradoras no leilão de energia promovido pelo poder concedente, pelo investimento realizado em implantação (parcela de receita fixa) e pela operação e manutenção da usina conforme despachos de geração do ONS (parcela de receita variável).

c) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de dezembro de 2023

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do CDI, IPCA a taxa média de 11,40% (BM&F Bovespa) em 31 de dezembro de 2023. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

Notas Explicativas

31.12.2023

Indexador	Taxa do período 9,11%				
IPCA	-50%	-25%	Saldo Devedor	25%	50%
Debêntures					
Exposição líquida IPCA	731.175	731.315	731.452	731.589	731.730
Impacto da variação	(277)	(137)	-	137	278

Indexador	Taxa do período 5,75%				
CDI	-50%	-25%	Saldo Devedor	25%	50%
CCB					
Exposição líquida CDI	163.252	167.565	170.969	176.177	180.475
Impacto da variação	(7.717)	(3.404)	-	5.208	9.506

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Risco de moeda

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial atrelado ao dólar norte-americano em função de dívida reconhecida com a *BP North America Petroleum* decorrente de *Demurrage* (sobre estadia) de óleo HFO. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para a proteção desse risco.

25. Seguros

Em 30 de setembro de 2023, a cobertura de seguros era a seguinte:

Descrição	Limite de indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade Civil dos Administradores	100.000	06.08.2023 a 06.08.2024	Chubb Seguros Brasil S.A.
Risco Operacional	137.589	17.01.2023 a 17.01.2024	AXA Seguros S.A.
Responsabilidade Civil	10.000	26.04.2023 a 26.04.2024	AXA Seguros S.A.

26. Eventos subsequentes

Renovação de contrato de seguro

Em 17 de janeiro de 2024, foi realizada a renovação da apólice de seguros de riscos operacionais, cuja nova vigência se estende até 17 de janeiro de 2025.

Notas Explicativas

Assembleia Geral de Debenturistas

Em 30 de janeiro de 2024, às 9h30 e 10h30, houve a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar, dentre outros assuntos, a aprovação da renovação do acordo temporário firmado em 9 de agosto de 2018, entretanto, os debenturistas representando 47,77% (quarenta e sete inteiros e setenta e sete centésimos por cento) das debêntures em circulação, tendo em vista a aprovação da reestruturação da Emissão em assembleia geral de debenturistas ocorrida em 12 de dezembro de 2023, houve a perda do objeto da ordem do dia

A íntegra das ordens do dia e respectivas deliberações, estão disponíveis através das atas, no website da Companhia <http://www.utepeiii.com.br/>.

Em 08 de fevereiro de 2024, a Companhia publicou edital de convocação convocando os titulares das Debêntures para reunirem-se em primeira convocação para Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 da Escritura de Emissão, no dia 29/02/2024, às 10 horas, a ser realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, com link de acesso a ser encaminhado pela Emissora aos Debenturistas habilitados e ao Agente Fiduciário, nos termos da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."), e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29/03/2022, para examinar e deliberar sobre as matérias da Ordem do Dia, conforme Edital disponível, na íntegra, no website da Companhia <http://www.utepeiii.com.br/>.

Em 29 de fevereiro de 2024, às 10 horas, a Companhia realizou Assembleia Geral de Debenturistas para tratar da Autorização para que o Agente Fiduciário celebre, em conjunto com a Emissora e demais signatários os instrumentos, de "Terceiro Aditamento ao Contrato de Administração de Contas" e o "Segundo Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, a fim de compatibilizar referidos Aditamentos aos termos e condições da reestruturação das Debêntures aprovada na assembleia geral de debenturistas realizada em 12 de dezembro de 2023.

Em 01 de março de 2024, a Companhia publicou edital de 2ª convocação convocando os titulares das Debêntures para reunirem-se em segunda convocação para Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 da Escritura de Emissão, a ser realizada no dia 11 de março de 2024, às 10 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, com link de acesso a ser encaminhado pela Emissora aos Debenturistas habilitados e ao Agente Fiduciário, nos termos da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."), e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29/03/2022, para examinar e deliberar sobre as matérias da Ordem do Dia, conforme Edital disponível, na íntegra, no website da Companhia <http://www.utepeiii.com.br/>.

Em 11 de março de 2024, às 10 horas, a Companhia realizou Assembleia Geral de Debenturistas para tratar da Autorização para que o Agente Fiduciário celebre, em conjunto com a Emissora e demais signatários os instrumentos, de "Terceiro Aditamento ao Contrato de Administração de Contas" e o "Segundo Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, a fim de compatibilizar referidos Aditamentos aos termos e condições da reestruturação das Debêntures aprovada na assembleia geral de debenturistas realizada em 12 de dezembro de 2023.

A íntegra das ordens do dia e respectivas deliberações, estão disponíveis através das atas, no website da Companhia <http://www.utepeiii.com.br/>.

Empréstimos e Financiamentos – Reestruturação da CCB

Em 08 de março de 2024, a Companhia firmou o Termo de Acordo de Reestruturação de Dívida ("Termo") da Cédula de Crédito Bancário n.º 1011161000005600 ("CCB"), entre a Companhia e a Across Recuperação de Crédito Ltda ("Across") para reestruturação da CCB. O Termo não afeta o fluxo de pagamento das Debêntures, equivalente a 84,40% (oitenta e quatro inteiros e quarenta centésimos por cento) do fluxo de caixa trimestral livre disponível para o pagamento dos credores, em conformidade com o estipulado na cláusula 6.28.1, XIX do Terceiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A ("Escritura de Emissão").

Notas Explicativas

Adicionalmente, em linha com o disposto na cláusula 6.28.1, XVIII da Escritura de Emissão, a Across peticionou, em conjunto a Emissora, informando a desistência da ação monitória n.º 1142126-81.2022.8.26.0100, atualmente em trâmite perante a 38ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, a qual tinha a finalidade de cobrar o crédito da CCB e estava suspenso para tentativa de acordo entre as partes.

Reforma Tributária

Em dezembro de 2023, foi promulgada pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional de nº 132/2023, que altera o Sistema Tributário Nacional. O texto que deu origem a Emenda, teve como base, a PEC de nº 45/2019, a qual a versão final, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, no mesmo mês. O principal objetivo, será a Simplificação do Sistema Tributário Atual. O texto prevê um teto para manter constante a carga tributária sobre o consumo, tendo como o principal efeito, a unificação de cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS), em cobranças que serão divididas entre os níveis: i) federal (CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços e IS: Imposto Seletivo) e; ii) estadual (IBS: Imposto sobre Bens e Serviços). Ainda, foi proposto a criação de fundos para a recomposição das concessões de incentivos fiscais e para o desenvolvimento regional, e a realocação de tributos, como o ITCMD e o IPVA. O período de transição para o novo modelo tributário deverá ocorrer de forma gradativa e com etapas distintas até a sua conclusão. Para o exercício de 2024, a Companhia acompanhará as publicações das Leis Complementares e Ordinárias, para que possa se adaptar as novas regulamentações propostas, bem como, avaliar os impactos em suas operações.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos acionistas, conselheiros e administradores da
Termelétrica Pernambuco III S.A.
São Paulo – SP
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Termelétrica Pernambuco III S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (Iasb).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa no 1, que a Companhia tem incorrido em prejuízos recorrentes em suas operações, tendo acumulado, em 31 de dezembro de 2023, um montante total de prejuízos de R\$ 883.261 mil, e naquela data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 126.709 mil, e seu patrimônio líquido (passivo a descoberto) estava negativo em R\$ 712.214 mil. Adicionalmente, conforme Nota Explicativa nº 26, em 08 de março de 2024, a Companhia firmou Termo de Acordo de Reestruturação de Dívida da Cédula de Crédito Bancário com a Across Recuperação de Crédito Ltda ("Across"), através do qual a Across desistiu da cobrança da dívida no âmbito da ação monitória nº 1142126-81.2022.8.26.0100, atualmente em trâmite perante a 38ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo. A Nota Explicativa no 1 às demonstrações financeiras divulga certas ações que estão sendo implementadas pela administração da Companhia para a reversão desse cenário, notadamente quanto às renegociações das dívidas. A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade de a administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração e do sucesso nos processos de renegociação das dívidas. Esses eventos e condições, conforme descrito nas Notas Explicativas no 14 e 15, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Ênfases

Transações com parte relacionada

Conforme Nota Explicativa no 9, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente transações financeiras decorrentes de contratos de mútuo e a utilização compartilhada de estrutura e de profissionais relacionadas à área administrativa. Essas transações foram contratadas em condições comerciais definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Sustação definitiva dos efeitos do vencimento antecipado das debêntures

Conforme Notas Explicativas nº 1 e nº 14, em 12 de dezembro de 2023, foi aprovada por 91,07% das debêntures em circulação, a sustação definitiva dos efeitos do vencimento antecipado das debêntures, o que corrobora o sucesso da administração na renegociação de seus passivos junto aos credores financeiros, motivo que suscitou a reclassificação do saldo para o passivo não circulante. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Além dos assuntos descritos na Seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que o assunto descrito adiante é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Recuperabilidade do ativo imobilizado com vida útil definida

(Nota Explicativa no 10)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa no 10– "Imobilizado", a Companhia possui montante significativo de ativo imobilizado, cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 163.791 mil.

Em 31 de dezembro de 2023, a situação financeira da Companhia indicava que o valor contábil desse ativo poderia exceder seu valor recuperável. Dessa forma, a administração acompanha os indicadores de realização destes ativos e documenta anualmente o teste de avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria durante o exercício de 2023, tendo em vista que as estimativas e projeções presentes na avaliação do valor recuperável são intrinsecamente sujeitas a incertezas e diversos eventos ou fatores que estão além do controle da administração, especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros e incertos, que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira procedemos com os seguintes testes durante nossos procedimentos de auditoria:

(i) revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se as premissas utilizadas nessa avaliação de recuperabilidade eram razoáveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis;

- (ii) revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela administração, considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido com as informações históricas utilizadas;
- (iii) avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto, objetivando analisar a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa do modelo preparados pela administração da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa; e
- (iv) elaboramos uma análise de sensibilidade independente considerando um cenário mais conservador e comparamos com o valor recuperável obtido no estudo elaborado pela administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um cenário menos favorável.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportaram nossos procedimentos de auditoria, consideramos que a avaliação do valor recuperável, elaborada pela administração da Companhia, está adequada no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em

31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Standards Accounting Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de

auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-025.583/O-1

Edinilson Attizani

Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, em atendimento à Resolução CVM n° 80, de 29 de março de 2022, nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, itens V e VI, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Termelétrica Pernambuco III S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 26 de março de 2024.

Igarassu, 27 de março de 2024.

Emiliano Furlan Stipanivic Spyer
Diretor de Relações com Investidores

Gabriel Freitas Moreira da Silva
Diretor Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaramos, em atendimento à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, itens V e VI, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Grant Thornton Auditores Independentes S.S., emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Termelétrica Pernambuco III S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 26 de março de 2024.

Igarassu, 27 de março de 2024.
Emiliano Furlan Stipanivic Spyer
Diretor de Relações com Investidores

Gabriel Freitas Moreira da Silva
Diretor Presidente